O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 27/10/2022 - 06:00

Moraes rejeita ação do PL sobre rádios; Bolsonaro ataca decisão

Eleições 2022 Sucessão presidencial

TSE arquiva ação do PL sobre rádios; Moraes vê ato para tumultuar 2º turno

Presidente da Corte rejeita alegação feita pela campanha de Bolsonaro de suposto desequilíbrio na veiculação de inserções e pede que Aras investigue possível crime eleitoral

VINICIUS VALFRÉ WESLLEY GALZO FELIPE FRAZÃO DANIEL WETERMAN

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, determinou ontem o arquivamento da ação apre-sentada pela campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) so-bre suposto desequilíbrio na veiculação de propaganda elei-toral em rádios. Moraes encaminhou o caso ao procuradorgeral eleitoral, Augusto Aras, para análise de possível "come timento de crime eleitoral com a finalidade de tumultuar o segundo turno" e de "desvio de finalidade" no uso de recursos públicos. O ministro também remeteu o processo para o inquérito das fake news que ele mesmo conduz no Supre-

mo Tribunal Federal (STF).

A decisão provocou reação do presidente. Bolsonaro, que estava em Minas, convocou reunião ministerial de emergência no Palácio da Alvorada, noite, com a presença dos três comandantes militares. A expectativa era de que ele viajasse direto para o Rio, onde tem agenda de campanha hoje.

O avião ficou parado por meia hora no pátio com Bolsonaro ao telefone até ele resolver convocar a reunião na capital federal. Após a reunião, o presidente disse que sua campanha foi prejudicada e recor-rerá da decisão. "Nós iremos às últimas consequências, den-tro das quatro linhas da Constituição, para fazer valer aquilo que nossas auditorias constataram", afirmou o presidente (mais informações na pág. A12).

DISCREPÂNCIAS. Na decisão. Moraes afirmou ter visto "manifesta afronta à lei eleitoral". 'Não restam dúvidas de que os autores – que deveriam ter rea-lizado sua atribuição de fiscalizar as inserções de rádio e televisão de sua campanha - apontaram uma suposta fraude elei-toral às vésperas do segundo turno do pleito sem base docu-mental crível, ausente, portanto, qualquer indício mínimo de prova", afirmou. Em letra maiúscula, o ministro escreveu: "Diante de discrepâncias tão gritantes, esses dados ja-



Presidente Jair Bolsonaro (PL) chega para pronunciamento no Palácio do Alvorada; recurso para tentar reverter decisão do TSE

mais poderiam ser chamados de 'prova' ou 'auditoria'."

Segundo o ministro, "erros e inconsistências apresentados nessa 'pequena amostragem de oito rádios' são patentes". Moraes afirmou que inicialmente a campanha alegou que "emissoras de rádio em diversas cidades brasileiras, espalhadas por todas as regiões, não veicula-ram as inserções do presiden-te", mas que foi "alterando suas alegações, chegando a expressamente admitir a existên-cia de pedido incerto e indefini-

Representatividade Moraes destacou que universo apresentado pela campanha representa 0,16% das rádios do País

do, ao afirmar que o total dos dados só poderá ser apresentado e checado totalmente ao fim das investigações judiciais".

O ministro destacou que o País tem cerca de 5 mil rádios e que a campanha apresentou "supostas irregularidades" em oito emissoras, o que represen-ta 0,16% do universo estatístico apontado. "A campanha não trouxe qualquer documento suficiente a comprovar suas alegações", juntando apenas o relatório produzido pela Audiency Brasil Tecnologia, uma empresa que, na avaliação do

Cronologia

Inserções de propaganda estão no centro da disputa

A campanha de Bolsonaro apresenta relatório em que enúncia ao TSE que rádios do País teriam privilegiado as inserções de Lula. Seriam 154 mil peças irregulares. No mes mo dia, o ministro Alexandre de Moraes classifica o relató-rio como "apócrifo" e diz que não foi apresentada qualquer prova. Na ocasião, ele dá 24 horas para a campanha juntar novas evidências.

Os advogados de Bolsonaro

ministro, não tem atuação na área de auditoria.

Todas as oito emissoras foram procuradas pelo Estadão. Cinco delas contestaram a denúncia de que deixaram de veicular a propaganda eleitoral de Bolsonaro e afirmaram que podem provar que cumpriram a legislação. Um delas alegou que foi a campanha do presidente que atrasou a entrega

Uma sexta emissora reconheceu uma falha na divulgacão em um único dia da campanha, o que gerou 15 inserções a

das inserções de propaganda.

apresentaram novo relatório. A campanha citou irregularidades em 730 inserções de 8 rádios.

TSE exonera servidor Alexandre Machado da secretaria responsável pelo recebimen-to das inserções dos candidatos à Presidência. A Corte jus tifica que Machado atua com "motivação política". No mes-mo dia, Bolsonaro diz que exoneração do servidor do TSE teve "dedo do PT". Rádios contestam o relatório apresentado pelos advogados de Bolsonaro. Moraes rejeita a denún-cia da campanha à reeleição e manda analisar possível crime político na apresentação da denúncia.

mais para Lula. Essa rádio tam-bém alegou que a campanha de Bolsonaro atrasou a entrega das peças a serem veiculadas. A equipe do candidato à reeleição argumentou que rádios deixaram de veicular pelo menos 730 comerciais de sua campanha.

DEMISSÃO. No mesmo dia em que arquivou o pedido da campanha de Bolsonaro, o presi-dente do TSE exonerou Alexandre Gomes Machado, servidor que atuava no setor responsável pela veiculação de

propaganda eleitoral. Segundo a Corte Eleitoral, o servidor teria atuado por "motivação política" e "indicações de reiteradas práticas de assédio moral". O TSE informou que abrirá uma processo administrativo para investigar a conduta

do funcionário público. Após ser demitido, Machado foi à Polícia Federal. Em de poimento, afirmou ser alvo de perseguição e que uma rádio "admitiu que dos dias 7 a 10 de outubro havia deixado de re-passar em sua programação cem inserções" da campanha de Bolsonaro. Disse ainda que desde 2018 tem "informado reiteradamente" que "existem falhas de fiscalização e acompanhamento na veiculação de inserções da propaganda elei-toral gratuita".

Machado disse também que repassou o relato à chefe do g binete do secretário-geral da Presidência do TSE por e-mail. "Cerca de 30 minutos após esta comunicação fui informado pelo chefe imediato de que estava sendo exonera-do, sem ser informado quanto

à motivação", disse à PF. A rádio JM Online, de Uberaha (MG), citada pelo servidor, negouter boicotado os progra-mas de Bolsonaro e sustentou que a campanha do presidente deixou de entregar o material que deveria ser levado ao ar como manda a lei eleitoral.

'Nós iremos às últimas consequências', diz Bolsonaro sobre ação

Presidente anuncia recurso à decisão de Moraes que rejeitou o pedido para suspender a propaganda de Lula nas emissoras

DANIEL WETERMAN FELIPE FRAZÃO JULIA AFFONSO

BRASÍLIA

Em pronunciamento no Palácio da Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro (PL) insistiu ontem na tese de que rádios deixaram de veicular "dezenas de milhares" de inserções de seu programa eleitoral para beneficiar o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Sob o argumento de que isso "interfere no resultado da eleição" e "desequilibra o processo eleitoral", Bolsonaro anunciou que irá recorrer da decisão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, que rejeitou o pedido de sua campanha para suspender a propaganda de Lula nas rádios.

"Realmente, um enorme desequilíbrio no tocante às inserções. Isso, obviamente, interfere na quantidade de votos no final da linha", disse Bolsonaro, à noite, ao lado dos ministros da Justiça, Anderson Torres, e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno. "Nós iremos às últimas consequências, dentro das quatro linhas da Constituição, para fazer valer aquilo que nossas auditorias constataram", declarou o presidente, ao sustentar que rádios deixaram de transmitir sua propaganda para favorecer Lula. "O meu lado foi muito prejudicado e não foi de agora."

Bolsonaro afirmou que, em cidades nas quais ele poderia ter vencido no primeiro turno, a falta das inserções nas rádios alterou o resultado da disputa. Os dados apresentados por advogados de sua campanha ao TSE, porém, se referem apenas a comerciais divulgados após o primeiro turno. Além disso, cabe aos partidos fiscalizar a veiculação das inserções.

Para Moraes, Bolsonaro age como intuito de "tumultuar" a segunda rodada das eleições. "O senhor Alexandre de Moraes, num linguajar popular, matou no peito o processo e encaminhou para o inquérito das fake news, que ele mesmo conduz", disse o candidato à reeleição, que não respondeu às perguntas dos jornalistas.

Embora o presidente tenha falado em "dezenas de milha-

"Alexandre de Moraes matou no peito o processo e encaminhou para o inquérito das fake news, que ele preside."

Jair Bolsonaro (PL) Presidente da República res de inserções", seus advogados afirmaram ao TSE que oito rádios teriam deixado de veicular 730 comerciais. Das oito emissoras, seis negam irregularidades. Outras duas não se manifestaram.

REUNIÃO. Assim que a decisão de Moraes foi anunciada, Bolsonaro convocou uma reunião de emergência com ministros e comandantes das Forças Armadas, no Alvorada, alegando que fatos graves estão acontecendo. No pronunciamento, o presidente disse que as inserções do PT, segundo as quais ele vai acabar com o 13.º e as horas extras, representam um "golpe abaixo da linha da cintura".

O PL, partido de Bolsonaro, contratou duas auditorias e deve buscar mais uma
para apurar as inserções veiculadas nas rádios durante
a corrida eleitoral. No despacho, Moraes mandou investigar o uso de recursos
do Fundo Partidário para isso porque, na sua avaliação,
a verba bancou tentativa de
tumultuar o segundo turno.

O presidente disse que a campanha virou a madrugada para apresentar as provas a Moraes, dado o prazo de 24 horas estabelecido por ele, e que acompanhou de perto o trabalho. "Eu por vezes fui acordado, porque cochilei, e prestamos as informações na hora certa", afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 10 e 12